

## EDITORIAL

A publicação do primeiro volume da revista “Economia e Região” é motivo de muito orgulho para o Departamento de Economia da Universidade Estadual de Londrina, pois houve grande esforço na qualificação docente e o fruto da dedicação coletiva foi o surgimento da Programa de Pós-Graduação em Economia Regional e a crescente produção científica ligada à área. Neste contexto, espera-se que a revista proporcione um espaço para a discussão e divulgação de artigos científicos originais, focando temáticas regionais.

No presente volume tivemos a colaboração de diversos autores, que abordam a questão regional no âmbito da saúde, da educação, da agricultura familiar, do meio ambiente e questões econômicas e multidisciplinares, como os gastos e orçamentos públicos.

O primeiro artigo analisa a evolução dos casos notificados de AIDS em uma amostra de 1.994 municípios brasileiros, com casos de AIDS informados em 1991 e 2000 e sua associação com indicadores sociais selecionados. As variáveis analisadas são: taxa de incidência de AIDS *per capita*; taxa de analfabetismo; Índice de Gini; renda *per capita*; acesso a eletricidade e televisão e esperança de vida ao nascer. Os resultados indicam que as variáveis socioeconômicas são importantes para entender a incidência dos casos de AIDS no Brasil e para orientar o desenho de políticas públicas para o combate ao aumento da incidência de HIV/AIDS .

O segundo artigo discute a eficiência dos gastos públicos com a educação nas séries iniciais do ensino fundamental nos municípios do Estado do Paraná, nos anos de 2005 e 2009. Os municípios foram classificados quanto à eficiência dos gastos em educação fundamental, sendo possível realizar comparações entre eles e as mesorregiões. Os resultados sugerem que na maioria dos municípios paranaenses os gastos públicos com educação se mostraram ineficientes.

O terceiro artigo analisa o trabalho infantil no Paraná no período 2002 a 2009. O estudo revela que as crianças paranaenses ocupadas são do sexo masculino, brancas, alfabetizadas, moradoras da área urbana e costumam realizar afazeres domésticos. A maioria das crianças possui mãe com baixa escolaridade e começa a trabalhar ao redor dos 10 anos de idade , em função da baixa renda domiciliar *per capita* da família.

O quarto artigo discute o impacto do programa nacional de crédito para a agricultura familiar (PRONAF) na economia de 60 municípios paranaenses que contrataram crédito entre 2000 e 2005. A evolução do crédito rural mostra que a partir da década de 1990, há expansão dos contratos e dos recursos e que sua intensificação ocorre após 1999, quando introduz a diferenciação entre os agricultores familiares. Os resultados revelaram que há relações estatisticamente

significativas entre o PRONAF e as variáveis selecionadas para análise e que após 13 anos de sua institucionalização, ele continua cumprindo o objetivo de promover o desenvolvimento da agricultura familiar.

O quinto artigo analisa as demandas para o uso e reuso da água no município de Londrina e a produção de água e energia na Bacia Hidrográfica do Rio Tibagi (BHT), Paraná, Brasil. A legislação brasileira e a Agenda 21 reafirmam que deve ser disponibilizada água potável em quantidade suficiente, com custo acessível e fisicamente disponível, para uso pessoal, doméstico e industrial, enfim, multiusos da água (ONU, 1992). Mas a água também é utilizada para a produção de alimentos, produtos industrializados e a geração de energia. Logo, o uso da água do rio Tibagi é tema de grande importância para o desenvolvimento da cidade de Londrina e sua disponibilidade está ligada à qualidade de vida e ao desenvolvimento econômico e social da região.

O sexto artigo aborda a importância dos estudos referentes ao gasto público ambiental e destaca o fato deste tipo de gasto ser foco de crescente e variada gama de estudos. Segundo os autores, a crescente transparência nos gastos públicos tem possibilitado estudos mais aprofundados, assim como tem permitido a crescente conscientização de sua importância pela sociedade. No entanto, ainda há necessidade de maior atenção por parte dos governantes.

O sétimo artigo aborda o planejamento do orçamento público em sua dimensão política, econômica e financeira. O estudo destaca os diferentes interesses que se manifestam, tornando o orçamento um campo de disputa política para apropriação dos recursos públicos na garantia dos direitos e proteção social dos segmentos mais vulnerabilizados da sociedade. O orçamento público nos espaços dos conselhos ganha uma dimensão política, superando a perspectiva de mero instrumento contábil.

O oitavo artigo discute o planejamento governamental, os planos plurianuais e procura analisar a Política de Atendimento à Crianças e Adolescentes, a partir das recomendações do Estatuto da Criança e do Adolescente, possibilitando o controle do que está sendo planejado e a exigência de sua execução. O estudo analisa os Planos Plurianual (PPA) referentes aos anos de 2004 a 2007 e de 2008 a 2011 do Governo Federal, tendo como escopo identificar como a política de atendimento à criança e ao adolescente vem sendo tratada no planejamento governamental.

Agradecemos aos autores que nos enviaram seus trabalhos e desejamos uma boa leitura a todos!

Marcia Regina Gabardo da Camara

Editora Chefe